



Debate sobre cadeia produtiva do leite aponta vantagens da pasteurização 7

Cidadãos participaram ontem, em tempo real, de audiência na Comissão de Agricultura com Bruno Lucchi, Marcius de Freitas, João Antunes, Acir Gurgacz, Jesualdo Pires, Gustavo Beduschi e Gustavo Valone (D)

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.455 – Brasília, segunda-feira, 30 de maio de 2011



Plenário tem até quarta-feira para votar mais quatro MPs

Medidas provisórias, que chegaram ao Senado na semana passada, às vésperas de perder a validade, tratam de bolsa para médico residente, incentivos fiscais, criação de empresa pública hospitalar e doação de alimentos

Quatro MPs correm o risco de perder a validade caso não sejam apreciadas até esta quarta-feira pelo Senado. Transformadas pela Câmara dos Deputados

em projetos de lei de conversão (PLVs), as medidas chegaram na semana passada e já trancam a pauta de votações. Editadas ainda no governo Lula, as MPs criam incentivos fis-

cais para a geração de energia, regulamentam a ajuda humanitária no exterior, criam a empresa pública hospitalar e reajustam a bolsa paga aos médicos residentes. 2

Nova divisão

Senadores votam projeto que determina plebiscito no Pará

» Área: 507.532 km²
» População: 1,7 milhão
» Municípios: 27

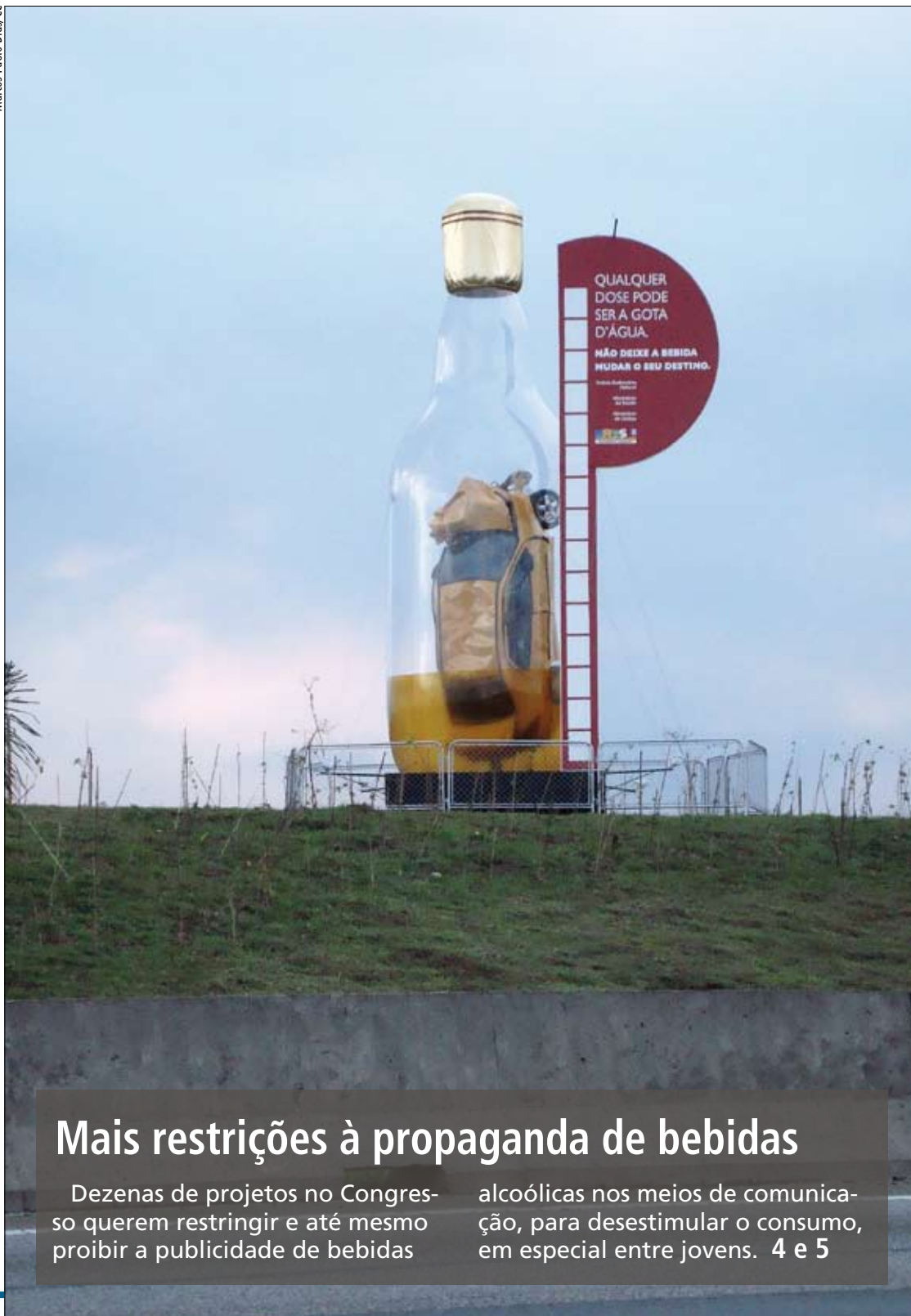


Pauta inclui criação do estado de Tapajós 3

Estudantes poderão ser "senadores" por três dias

Os 27 vencedores do Concurso de Redação do Senado deste ano participarão do projeto Jovem Senador como parte da premiação. 6

Marcos Paulo Dias/CC



Mais restrições à propaganda de bebidas

Dezenas de projetos no Congresso querem restringir e até mesmo proibir a publicidade de bebidas

alcoólicas nos meios de comunicação, para desestimular o consumo, em especial entre jovens. 4 e 5

Igualdade para todos no setor bancário é tema de audiência

Comissão de Direitos Humanos realiza hoje debate, proposto por Paim, sobre o *Mapa da Diversidade do Setor Bancário*, elaborado para promover igualdade de oportunidades no país. 8

A influência da China e da Al-Qaeda na África 8

Sarney admite discussão de uma reforma trabalhista

O presidente do Senado considera o tema ainda mais complexo do que a reforma política. TST enviou projeto ao Congresso na semana passada com mudanças nos processos trabalhistas. 7





A última medida provisória assinada pelo ex-presidente Lula foi modificada pelos deputados e aumentou o valor da bolsa dos médicos residentes a partir de 1º de janeiro

Quatro MPs devem ser votadas até quarta-feira

QUATRO MEDIDAS PROVISÓRIAS (MPs) trancam a pauta do Plenário e devem ser votadas pelo Senado até quarta-feira, caso contrário perderão a validade. Todas elas foram modificadas e transformadas em projetos de lei de conversão (PLVs). A MP 521/10 (PLV 11/11) aumenta o valor da bolsa paga ao médico residente; a MP 517/10 (PLV 13/11) trata, entre outros itens, da concessão de incentivos fiscais a vários setores da economia, entre os quais obras de infraestrutura para geração de energia nuclear. A MP 520/10 (PLV 14/11) e a MP 519/10 (PLV 15/11) tratam, respectivamente, da criação de empresa pública hospitalar e da doação de alimentos para ajuda humanitária.

Pela MP 521/10, que está em vigor desde 31 de dezembro de 2010 e foi a última assinada pelo

Na pauta

MP 521/10 PLV 11/11	
aumento do valor da bolsa paga ao médico residente	
MP 517/10 PLV 13/11	
concessão de incentivos fiscais a vários setores da economia, entre os quais obras de infraestrutura para geração de energia nuclear	
MP 520/10 PLV 14/11	
criação de empresa pública hospitalar	
MP 519/10 PLV 15/11	
doação de alimentos para ajuda humanitária	

ex-presidente Lula, o médico residente passou a receber bolsa de R\$ 2.338,06 no dia 1º de janeiro de 2011. Esse valor, que antes era de R\$ 1.916,45, pode ser reajustado anualmente.

Incentivos para a produção de energia elétrica, eólica e nuclear

A MP 517/10 altera a legislação tributária para conceder incentivos fiscais a vários setores da economia, entre eles o de energia elétrica e nuclear. Empresas habilitadas poderão adquirir com isenção de IPI, dentro ou fora do país, máquinas e equipamentos para obras de infraestrutura para geração de energia.

A proposição prorroga até 30 de dezembro de 2011 o prazo para entrada em funcionamento das empresas geradoras de energia eólica.

Uma das alterações feitas na

Câmara reduz a zero as alíquotas do PIS-Pasep e da Cofins na venda de gás natural canalizado para a produção de energia elétrica pelas usinas participantes do Programa Prioritário de Termoeletricidade (PPT). Essa isenção se aplica a toda a cadeia de suprimento de gás, desde o produtor até a usina.

Essa MP trata ainda de diversos assuntos, tais como redução de alíquotas para venda a varejo de modems (moduladores/demoduladores); precatórios; Prouni; e *leasing* para aviões; entre outros.

Doação de alimentos para ajuda humanitária

A MP 519/10 autoriza o Executivo a doar estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional a países atingidos por desastres naturais e problemas sociais. Os alimentos são arroz (até 500 mil toneladas), feijão (até 100 mil toneladas), milho (até 100 mil toneladas), leite em pó (até 10 mil toneladas) e sementes de hortaliças (até uma tonelada).

Pelo texto aprovado na Câmara, a União poderá doar os alimentos por meio do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas aos seguintes países: Bolívia, El Salvador, Guatemala, Haiti, Nicarágua, Zimbábue, Cuba, aos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, à Autoridade Nacional Palestina, Sudão, Etiópia, República Centroafricana, Congo, Somália, Níger e Coreia do Norte.

Empresa pública para gerir hospitais universitários

A MP 520/10 autoriza o Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), que tem por objetivo administrar os hospitais universitários, unidades hospitalares e a prestação de serviços de assistência médico-hospitalar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

De acordo com o Executivo, desde os anos 1990, os hospitais universitários expandiram suas atividades, mas muitos deles estão com crescente passivo trabalhista devido a normas precárias de contratação de pessoal, além de enfrentarem dificuldades de gestão e vulnerabilidade jurídica. A Ebserh permitirá autonomia financeira, adoção de normas e procedimentos próprios de contratação de pessoal, justifica o governo.



Exército brasileiro distribui alimentos no Haiti: uma das quatro MPs que trancam a pauta do Plenário trata da ajuda humanitária internacional

Marcello Casal Jr/Abbr

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Ensino profissionalizante

11h Sessão especial para comemorar os 102 anos do ensino técnico profissionalizante. Às 14h, a sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores.

Presidência Túnel do Tempo

15h30 O presidente do Senado, José Sarney, participa de inauguração da revitalização do Túnel do Tempo. Às 17h, recebe o presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ari Pargendler.

CDH Diversidade nos bancos

8h30 O *Mapa da Diversidade do Setor Bancário* é o tema de debate da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. A ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros, é uma das convidadas.

Senado Assistência médica

9h O ciclo Conhecendo o Senado promove palestras com a diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, e com representantes da Secretaria de Assistência Médica e Social e da Secretaria do Sistema Integrado de Saúde.

CRE China e Al-Qaeda

18h Audiência pública na Comissão de Relações Exteriores sobre os rumos da política externa brasileira (2011-2012) debate a influência da China e da Al-Qaeda na África Setentrional e Meridional. A comissão recebe os professores da PUC-SP Henrique Altemani de Oliveira; da PUC-MG Jorge Lasmar; e do consultor do Senado Antônio Barbosa.

Terça-feira

CCJ/CRE/CAE Fuso horário do Acre

9h30 Reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; Assuntos Econômicos; e Relações Exteriores e Defesa Nacional para debater o fuso horário do Acre.

CE Os livros do MEC

10h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte ouve o ministro da Educação, Fernando Haddad, sobre críticas e elogios aos livros didáticos aprovados pelo MEC.

CCJ Sabatina para CNJ e CNMP

11h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sabatina três indicados para o Conselho Nacional de Justiça – Marcelo da Costa Pinto Neves, Bruno Dantas Nascimento e Tourinho Neto – e três para o Conselho Nacional do Ministério Público: Jeferson Luiz Pereira Coelho, Alessandro Tramujas Assad e Jarbas Soares Júnior.

CPI Tráfico de pessoas

11h A CPI do Tráfico de Pessoas realiza audiência pública para ouvir o coordenador do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Goiás, Haroldo Caetano da Silva; o presidente da Safernet Brasil, Thiago Tavares Nunes de Oliveira, entre outros.

CDR Região da Sudene

14h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo analisa projeto que estende os benefícios do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura Petrolífera aos estados que compõem a Sudene. A proposta também prolonga por mais quatro anos a vigência do programa.

CMO Emendas à LDO para 2012

14h Reunião do colegiado de representantes das lideranças partidárias para exame do relatório preliminar com emendas apresentado ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2012. Às 14h30, reunião ordinária sobre o mesmo assunto, no Plenário 2 da Câmara.

Drogas Ciclo de debates

14h30 Audiência pública da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Alcool, Crack e Outros. Sexto painel do ciclo de debates sobre crack.

Debate Agressões de vigilantes

14h30 Audiência pública da Subcomissão Permanente da Defesa do Emprego e da Previdência Social para tratar da situação dos vigilantes de empresas privadas nas redes de supermercados e de denúncia de consumidores agredidos.

Quarta-feira

CCT Propaganda na internet

8h30 A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática examina pauta com 25 proposições. O primeiro item é o projeto que permite propaganda eleitoral pela internet. Também na pauta projetos de decreto legislativo que autorizam serviços de radiodifusão em diversos estados.

CAS Auxílio-doença

9h Entre as matérias da pauta da Comissão de Assuntos Sociais, consta projeto que torna obrigatório exame médico pericial para suspensão de pagamento do auxílio-doença.

CCJ Reforma política

10h Na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cinco propostas de emenda à Constituição, entre as quais a que estabelece mandato de cinco anos para presidente da República e governadores, além da mudança da data das posses.

Quinta-feira

Rio+20 Produção de Alimentos

18h "Alimento: como produzir para atender as necessidades" é o tema de debate da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas. Entre os participantes, o diretor de Política Agrícola e Informações da Companhia Nacional de Abastecimento, Sílvio Porto.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Projeto de decreto legislativo determinando plebiscito para desmembrar 27 municípios do Pará está na pauta do Plenário, trancada por quatro MPs

Criação do estado de Tapajós na fila de votação



Alter do Chão, ponto turístico em Santarém: município é um dos 27 que seriam retirados para a formação de Tapajós

ACONTECEU NAS COMISSÕES

CCJ aprova plebiscito sobre divisão do Pará

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) acatou, na quarta-feira, substitutivo da Câmara dos Deputados à proposta de convocação de plebiscito sobre a criação do estado de Tapajós. Se aprovado pelo Plenário, o novo estado deverá reunir 27 municípios do oeste do Pará e cerca de 1,7 milhão de habitantes.

Muitos senadores, entretanto, apesar de votarem a favor da proposição, fizeram ponderações sobre uma nova redivisão territorial do país. Houve consenso de que a consulta popular é fundamental e indispensável nesses casos, mas com o respaldo de estudos de viabilidade técnica, econômica e social.

Primeiro a exigir essa cautela, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) acabou votando contra o projeto de decreto legislativo (PDS 19/99) do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) por entender que este não é o momento adequado para propor novas despesas públicas. Embora tenha considerado essa argumentação "convicente", o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) declarou seu voto favorável, não sem antes recomendar ao Congresso a edição de regulamentação para nortear a criação de estados e municípios.

Antes de deixar claro seu apoio ao projeto, Pedro Taques (PDT-MT) observou que a discussão relativa à divisão de um estado não pode prescindir da reavaliação sobre a representação parlamentar no Congresso. Demóstenes Torres (DEM-GO) tam-

bém se mostrou favorável à matéria, mas disse não abrir mão de ouvir especialistas sobre o assunto quando o projeto de lei complementar criando Tapajós chegar ao Plenário.

Convencida de que a criação de um estado vai além de sua aprovação por consulta popular, Marta Suplicy (PT-SP) reiterou a necessidade de estudos técnicos para balizar a proposta.

Argumentação similar foi expressa por Jorge Viana (PT-AC), para quem está na hora de o Congresso iniciar uma discussão paralela sobre a revisão dos limites territoriais dos estados brasileiros. Apesar dessas ponderações, os dois petistas endossaram a realização de plebiscito sobre Tapajós.

DEMOCRACIA PLENA

Alguns senadores declararam, no entanto, apoio irrestrito ao PDS 19/99. Após considerar esta reunião da CCJ "histórica para o povo do Pará", o relator da proposta, Vital do Rêgo (PMDB-PB), respondeu às ressalvas à proposição pedindo a anexação de informações reunidas por comissão de estudos territoriais do Senado, ainda em 1989, atestando a viabilidade de criação de Tapajós por levantamentos de cunho econômico e geográfico.

Mozarildo fez uma retrospectiva do andamento da proposta no Congresso e sustentou ser um "exercício de democracia plena" conceder ao povo paraense o direito de dizer se

quer ou não que o estado seja desmembrado. O autor do projeto também contestou afirmações de que uma proposta de redivisão territorial seria "coisa politiqueria". Para reforçar essa argumentação, deu seu testemunho de que Roraima progrediu muito ao passar de território a estado da Federação.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Luiz Henrique (PMDB-SC) recorreram a argumentos semelhantes aos de Mozarildo. Enquanto o representante do Pará reiterou que "a divisão de um estado não depende de liderança política, mas da vontade da população", Luiz Henrique citou Tocantins (desmembrado de Goiás) e Mato Grosso do Sul (desmembrado de Mato Grosso) como experiências bem-sucedidas no processo de reordenamento territorial brasileiro.

O exemplo sul-matogrossense foi reforçado por Waldemir Moka (PMDB-MS). Já Sérgio Petecão (PMN-AC) lamentou que a população do Acre não tenha tido a oportunidade – como terá a do Pará, no caso de Tapajós – de se manifestar previamente sobre a mudança no fuso horário local em 2008.

Encerrada essa etapa na CCJ, o substitutivo da Câmara ao PDS 19/99 será enviado ao Plenário do Senado, onde tramitará em regime de urgência. Caso seja aprovado e promulgado, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Pará terá seis meses para realizar o plebiscito sobre a criação de Tapajós.

JÁ ESTÁ NA pauta de amanhã do Plenário o substitutivo da Câmara ao projeto de decreto legislativo (PDS 19/99) que prevê a realização de um plebiscito sobre a criação do estado de Tapajós, a ser constituído pelo desmembramento da área onde atualmente se situam 27 municípios do oeste do Pará.

Antes, porém, os senadores precisam votar quatro projetos de lei de conversão que estão trancando a pauta e cujo prazo de votação encerra-se na quarta-feira (veja página 2).

Vivem na região onde se pretende criar o estado de Tapajós 1,7 milhão de pessoas, numa extensão de 508 mil quilômetros quadrados. Os 27 municípios que podem integrar a nova unidade da Federação são: Almeirim, Prainha, Monte Alegre, Alenquer, Óbidos, Oriximiná, Faro, Juruti, Belterra, Santarém, Porto de Moz, Vitória do Xingu, Altamira, Medicilândia, Uruará, Placas, Aveiro, Itaituba, Trairão, Jacareacanga, Novo Progresso, Brasil Novo, Curuá, Rurópolis, Senador José Porfírio, Terra Santa e Mojuí dos Campos.

Procedimentos

Pelo substitutivo, o plebiscito deverá ser realizado no prazo de seis meses, contados a partir da promulgação do decreto legislativo. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deverá expedir instruções ao Tribunal Regional Eleitoral do Pará para realizar a

consulta popular.

No prazo de dois meses, a partir do anúncio do resultado, caso este aprove a criação do estado, a medida será submetida à análise da Assembleia Legislativa do Pará. Depois, a assembleia deverá informar o resultado desse procedimento em três dias úteis ao Congresso Nacional.

Assim como o referendo, o plebiscito é uma consulta feita à população para que decida sobre questão de relevância a respeito de matéria constitucional, legislativa ou administrativa. É convocado antes de um ato legislativo ou administrativo, para que a população aprove ou não, pelo voto, a proposta a ela submetida.

Projeto

O projeto original é do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e foi aprovado pelo Senado no dia 23 de novembro de 2000. Ao ser votado na Câmara, a proposição sofreu duas alterações: a primeira incluiu dois municípios – Mojuí dos Campos e Senador José Porfírio – entre aqueles que integrarão o novo estado, caso seja criado; e a segunda incluiu no projeto artigo estabelecendo os procedimentos a serem adotados pela Assembleia Legislativa do Pará. Devido a tais alterações, a proposta voltou a ser examinada pelo Senado na forma de substitutivo da Câmara.

Redivisão territorial volta à agenda do Congresso

Nas duas últimas semanas, o Congresso voltou a debater a redivisão territorial do país. Depois que a Câmara enviou à promulgação projeto (PDS 52/07) convocando plebiscito sobre a criação do estado de Carajás, foi a vez de o Senado aprovar, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), projeto (PDS 19/99) do senador Mozarildo Cavalcanti propondo consulta popular sobre a criação do estado de Tapajós.

Esses dois novos estados surgiriam do desmembramento parcial do estado do Pará. Enquanto Carajás deverá reunir 39 municípios do sul e do sudeste paraenses, área onde reside cerca de 1,5 milhão de pessoas, Tapajós agregaria 27 municípios da parte oeste e teria população estimada em 1,7 milhão de habitantes. Com esse rearranjo, o Pará ficaria com 78 municípios e 2,9 milhões de habitantes. Se o caso Carajás já está praticamente encerrado no Congresso, o Plenário do Senado ainda precisa confirmar a decisão da CCJ sobre a questão de Tapajós.

Amanhã, a Secretaria de Pesquisa e Opinião (Sepop) encerrará enquete – aberta no Portal de Notícias do Senado, entre 16 e 31 de maio – sobre a criação de Tapajós. Até as 9h45 da sexta-feira, 8.431 internautas haviam registrado seu voto: 71% a favor e 29% contra.

Viana quer revisão de divisas antes de mais plebiscitos

Mesmo votando a favor do PDS 19/99, Jorge Viana (PT-AC) defende que a revisão das divisas entre os estados brasileiros deve anteceder a aprovação de novas consultas populares sobre desmembramento. Em entrevista ao programa *Conexão Senado*, da Rádio Senado, na sexta-feira, ele adiantou que pode apresentar projeto neste sentido.

– Não podemos seguir no erro de aprovar um plebiscito atrás do outro. O Brasil está cheio de problemas nas áreas de divisa entre os estados e eu entendo que isso seria uma preliminar – sustentou.

Viana levantou a existência de problemas entre o Acre, Rondônia e Amazonas, e entre este último, Pará e Roraima. Mas acredita que a situação se repete em outras regiões. Para ele, o Senado tem de capitanear esse debate por representar a Federação.

– Os atuais limites entre estados foram demarcados há muito tempo. Hoje temos conhecimento e meios tecnológicos suficientes para revê-los – argumentou.

Ele observa que, por conta de um elemento da natureza, como um rio, um município acaba se situando em um estado quando está muito mais identificado com o vizinho.



Eunício Oliveira preside reunião da CCJ que aprovou consulta à população do Pará sobre desmembramento



Divulgação/Senado Federal

Campanha do governo contra a mistura de álcool e direção: regras sobre propaganda de bebidas contrariam Lei Seca

Embriguez, um dos grandes vilões do trânsito

A lei que regula a propaganda de bebidas alcoólicas (Lei 9.294/96) está em contradição com a Lei 11.705/08 (Lei Seca), que estabeleceu restrições ao uso de álcool por motoristas. Enquanto a Lei Seca considera bebida alcoólica toda aquela que contenha álcool em sua composição, em concentração igual ou superior a meio grau Gay-Lussac (GL), a Lei 9.294/96 exclui da restrição à propaganda os produtos com concentração de até 13 graus GL.

Entre as bebidas alcoólicas abaixo de 13 graus GL está a cerveja, com concentração entre 4 e 5, a mais consumida pelos brasileiros e a mais propagandeada. Atualmente, o Brasil produz cerca de 12,5 bilhões de litros de cerveja, dos quais consome por volta de 11 bilhões de litros. O crescimento em relação a 2009

foi de 18%, bem acima da evolução do produto interno bruto (PIB), de 7,5%.

Apresentado antes do advento da Lei Seca, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 531/07, de autoria do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), só permite a propaganda comercial de bebidas alcoólicas nas emissoras de rádio e de televisão no período das 23h às 5h. E considera bebida alcoólica aquela com qualquer teor alcoólico registrado na tabela Gay-Lussac. O projeto tramita na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A situação preocupa Crivella por causa dos efeitos nocivos do álcool sobre o organismo humano.

O site da Polícia Rodoviária Federal informa que o consumo de bebidas alcoólicas é responsável por 30% dos

acidentes de trânsito, de acordo com levantamento da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet). Metade das mortes, segundo o Ministério da Saúde, está relacionada ao uso do álcool por motoristas.

Por ano, pelo menos 35 mil pessoas morrem em decorrência de acidentes, ainda segundo a Polícia Rodoviária. Só em rodovias federais, são cerca de 7 mil. Um dos principais vilões do trânsito, o álcool é um forte depressor do sistema nervoso central. "Quem bebe e pega o volante tem os reflexos prejudicados. Fica mais corajoso, mas reage de forma lenta e perde a noção de distância. Quando é vítima de desastre de trânsito, resiste menos tempo aos ferimentos, já que as hemorragias quase sempre são fatais", explica a Polícia Rodoviária.

Fabricantes rejeitam tratar álcool como droga

Em debate no Senado no dia 26 de abril, o coordenador nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde, Roberto Tukanori Kinoshita, disse que embora o uso de crack tenha grande visibilidade, o álcool ainda é a droga que acarreta mais problemas e prejuízos para a sociedade brasileira.

No dia seguinte, a secretária Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça, Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, chamou a atenção para a responsabilidade da mídia brasileira na discussão do tema das drogas. E advertiu que os meios de comunicação também podem atrapalhar essa luta, ao divulgarem informações errôneas ou suposições equivocadas.

O maior problema de saúde pública do Brasil em relação às drogas é o álcool. E o acesso de crianças e adolescentes a bebidas é muito fácil. Isso a mídia também tem que mostrar - disse.

Esse ponto de vista é criticado pelo superintendente

do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (Sindicerv), Marcos Mesquita. "Temos acompanhado com atenção e certa preocupação as matérias veiculadas na grande imprensa que tratam a cerveja, uma das bebidas de menor teor alcoólico, como droga", afirma ele no site da entidade.

O dirigente acredita que "essa falsa lógica" advém de trabalhos científicos publicados pelo Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid), que definem droga como "toda e qualquer substância capaz de modificar a função de organismos vivos, resultando em mudanças fisiológicas ou de comportamento".

Pressão

Mesquita admite que há problemas em relação ao consumo do álcool, mas é de opinião que "o país não precisa de novas leis que ditem com mais rigor o consumo prematuro de bebidas alcoólicas por adolescentes, pois o Código Penal já prevê

sanção para quem serve bebidas alcoólicas para menores de idade". E defende "ações educacionais que avancem até nossos lares".

Para os pesquisadores do Cebrid, no entanto, "o álcool é uma das poucas drogas psicotrópicas que tem seu consumo admitido e até incentivado pela sociedade. Esse é um dos motivos pelos quais ele é encarado de forma diferenciada, quando comparado com as demais drogas".

Sob pressão da opinião pública, dos estudiosos e dos médicos, os fabricantes se defendem utilizando parte dos lucros em campanhas. "Realizamos campanhas de marketing responsável que buscam alertar a população sobre os riscos de beber e dirigir. Mantemos ainda um programa de prevenção do uso abusivo de álcool entre jovens de comunidades de baixa renda, que tem como principal objetivo inibir o uso antes dos 18 anos", afirmam dirigentes da Ambev, maior fábrica brasileira.

Somente no Senado tramitam cinco propostas que limitam a publicidade, em especial na TV, como forma de contribuir para a redução do consumo desses produtos

Congresso pode aprovar novas restrições à propaganda de bebidas alcoólicas

CINCO PROJETOS DE senadores que tramitam atualmente em comissões técnicas da Casa propõem restrições à propaganda de bebidas alcoólicas, limitando e regulando a publicidade desses produtos nos meios de comunicação - especialmente da cerveja - e também estabelecendo advertências sobre seu uso.

As propostas tratam ainda da proibição da venda de bebidas alcoólicas nas proximidades de escolas e fixam regras para a exposição desses produtos em estabelecimentos comerciais. Dos cinco projetos, dois (PLSs 99/11 e 177/11) são de autoria do senador Acir Gurgacz (PDT-RO), dois (PLSs 531/07 e 169/11) de Marcelo Crivella (PRB-RJ) e um (PLS 505/07) de Marisa Serrano (PSDB-MS).

Além dos senadores, os deputados também estão preocupados com o problema. Segundo o deputado Paulo Pimenta (PT-RS), que apresentou projeto restringindo a propaganda de bebidas alcoólicas, tramitam atualmente na Câmara 40 proposições sobre o tema, uma dos quais do Executivo. Os deputados citam nas justificativas dos projetos dados alarmantes sobre o aumento do consumo de álcool no Brasil e no mundo, além de seus efeitos devastadores sobre a população em geral.

Relatório divulgado no início do ano pela Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que os governos proibam a publicidade de bebidas alcoólicas, aumentem impostos sobre o álcool, restrinjam as vendas do produto e adotem políticas de prevenção e programas de tratamento para o alcoolismo.

As recomendações da OMS foram feitas a partir de pesquisas dessa instituição indicando que o uso abusivo de álcool mata mais do que doenças como Aids e tuberculose e do que a violência nas cidades, somando 4% (cerca de

2,5 milhões de mortes a cada ano) de todos os óbitos registrados no mundo. Quase uma em cada dez mortes entre jovens de 15 a 29 anos está relacionada ao uso de bebida alcoólica, informa a OMS.

Reduzir o marketing e a propaganda de bebidas alcoólicas na TV e em outros meios de comunicação é uma estratégia eficaz para com-

bater os efeitos nocivos causados pelo consumo de bebidas, segundo a OMS. O marketing de bebidas alcoólicas - que procura, em muitos anúncios, relacionar o produto a festas, situações agradáveis de poder e conquista, alegria, aumento de status e até atividades esportivas - exerceria mais influência sobre os jovens.

No Brasil, a questão é regulada pela Lei

9.294/96, que trata das restrições ao uso e à propaganda de produtos de tabaco, bebidas alcoólicas, remédios, terapias e defensivos agrícolas. Os parlamentares propõem, em geral, aumentar ainda mais as restrições, refreando, por exemplo, a propaganda de cerveja - com teor alcoólico mais baixo do que as bebidas destiladas como cachaça, vodka e uísque.



Foto: Volp/Agência Senado

Organização Mundial da Saúde recomenda aos governos medidas de restrição ao consumo de álcool, entre elas a proibição da publicidade em todos os meios de comunicação

Projetos de senadores querem restringir publicidade, venda e até consumo

O PLS 531/07, de Marcelo Crivella, estabelece que a propaganda comercial de bebidas alcoólicas nas emissoras de rádio e de TV só seja permitida das 23h às 5h. O projeto considera alcoólica a bebida com qualquer teor alcoólico registrado na tabela Gay-Lussac (GL) - que mede a quantidade (percentual em volume) de álcool absoluto em 100 mililitros de mistura hidroalcoólica. O projeto tramita na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e tem como relator o senador Lobão Filho (PMDB-MA).

Crivella diz que a legislação em vigor no Brasil considera bebidas alcoólicas, para efeitos de propaganda na mídia, apenas as de teor alcoólico acima de 13 GL. "Com isso, a bebida alcoólica mais consumida em nosso país, a cerveja, que

tantos males causa nas famílias e na juventude, fica fora desse critério. Essa situação esdrúxula não pode prosseguir em nosso país, a despeito da força econômica e política dos empresários do ramo", afirmou Crivella.

A mesma opinião é compartilhada pelo deputado Paulo Pimenta, cujo projeto também visa restringir a propaganda de cerveja na mídia. "Não tem porque não restringir a propaganda de cerveja", afirmou. As cervejas têm, em sua maioria, teor alcoólico em torno de 5% (ou 5 GL). Nas tabelas que tratam do assunto, o maior índice de teor alcoólico é registrado em bebidas como absinto (69% a 90%), uísque (43,8%), gim (40% a 48%) e aguardente (40%).

O outro projeto de Crivella (PLS 169/11) proíbe a venda de bebidas alcoólicas nas pro-

ximidades de rodovias federais, em postos de combustíveis e em lojas de conveniência neles instaladas, inclusive em perímetros urbanos. A proposição tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e aguarda designação de relator.

Já o PLS 505/07, de Marisa Serrano, proíbe a venda de bebidas para consumo imediato e beber em vias e locais urbanos públicos entre meia-noite e 6h. Pelo projeto, que também está na CCT e relatado por Lobão Filho (PMDB-MA), o estabelecimento que infringir a norma pode pagar multa ou até ter cassada a licença.

O PLS 177/11, de Acir Gurgacz, estabelece que a propaganda comercial de bebida alcoólica nos pontos de venda só será permitida na parte interna desses locais e, mesmo assim, deverá conter advertências escritas sobre os

malefícios do consumo abusivo do produto, conforme mensagens divulgadas pelo Ministério da Saúde.

O projeto também proíbe o uso de imagens em movimento na propaganda de bebida alcoólica afixada nos pontos de venda. Além disso, o projeto, que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e tem como relator o senador Cyro Miranda (PSDB-GO), restringe a propaganda comercial de produtos contendo tabaco, medicamentos e agrotóxicos.

O outro projeto (PLS 99/11) de Gurgacz, atualmente tramitando na CAS - onde tem como relator o senador Humberto Costa (PT-PE) -, proíbe a venda de bebidas alcoólicas em áreas situadas em um raio de 500 metros de qualquer escola.



Senado/Agência Senado Federal

Crivella quer mudar classificação para incluir cerveja entre as proibidas



Waldemir Barreto/Senado Federal

Marisa Serrano defende proibição da venda para consumo na madrugada



Humberto Mattar/Senado Federal

Acir Gurgacz propõe proibir-se a venda de bebidas perto de escolas

Marcas buscam vínculo com sucesso e erotismo

No dia 13 de maio, por volta do meio-dia, duas jovens distribuíam panfletos de uma cervejaria no estacionamento localizado entre a Câmara dos Deputados e o Supremo Tribunal Federal (STF).

O material convidava as pessoas a almoçarem em um dos restaurantes montados pela empresa em Brasília. "A Devassa tem tanta carne boa que resolveu reuni-las no feijão" e "A Devassa quer te pegar pelo estômago" eram as mensagens do panfleto. A campanha, de caráter local, é uma das tantas já produzidas pela Devassa para ocupar o espaço em um mercado muito disputado.

Em nível nacional, uma das últimas estratégias foi a contratação da cantora Sandy, antes vinculada a uma imagem de adolescente ingênua, para mostrar-se em estilo sensual.

No carnaval de 2010, a estrela da campanha lançada na Marquês de Sapucaí, no Rio, foi a controversa atriz norte-americana Paris Hilton. O anúncio para a TV acabou vetado pelo próprio Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) por conter apelo erótico excessivo.

A associação de mulheres bonitas ao consumo de cerveja não é novidade. Uma das campanhas mais badaladas foi a da cervejaria Antarctica com a atriz Juliana Paes, intitulada "a boa". Masculinidade, energia, esperteza e bem estar físico são, há muito tempo, valores utilizados pelos publicitários para criar empatia entre os consumidores e as marcas de cerveja. A estratégia não é bem-vista por parlamentares como Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Marisa Serrano (PSDB-MS), que chamam a atenção para os riscos do consumo de bebidas alcoólicas.

As propagandas de cerveja também associam o prazer provocado pela bebida a valores culturais arraigados na cultura brasileira, como o samba e o futebol, principalmente em anos de Copa do Mundo. O cantor e compositor Zeca Pagodinho, por exemplo, tem se notabilizado como garoto-propaganda da marca Brahma. Os projetos em tramitação tratam da propaganda veiculada no rádio e na TV, mas as peças publicitárias também estão na internet, onde os jovens navegam, quase sempre, sem controle dos pais.

Valem até pegadinhas na disputa por espaço na mídia

Conhecido por suas pegadinhas, o programa de humor *Pânico* acabou vítima de uma jogada publicitária aplicada por um provável concorrente da Skol, cervejaria patrocinadora da atração da RedeTV. Constrangido, o próprio diretor do programa, Allan Rapp, confessou ao site da *Folha de S.Paulo*: "O feitiço se voltou contra o feiticeiro".

Segundo a *Folha*, durante dez semanas, duas moças estrangeiras, supostamente de origem tcheca, apareceram de maneira provocativa no programa, transmitido aos do-

mingos, a partir das 21h.

Afirmando estarem em visita ao país, Michaela e Dominika tornaram-se estrelas de um *reality show* brasileiro de *As Tchecas do Brasil*. Elas desfilaram na Sapucaí ao lado de Gisele Bündchen, passearam em São Paulo com microvestidos e jogaram capoeira no Pelourinho com Sabrina Sato.

As jovens, no entanto, de acordo com a *Folha*, estão no Brasil a serviço de uma nova marca de cerveja, a Proibida, a ser lançada pela Companhia Brasileira de Bebidas Premium (CBBP).

Três em cada quatro apoiam a proibição de propaganda

A regulamentação da propaganda de bebidas alcoólicas, proposta pelo PLS 177/11, tem recebido apoio dos internautas. Enquete realizada pelo DataSenado de 2 a 15 de maio aponta que 75,6% dos internautas são a favor da proposta de que exista propaganda somente no interior dos pontos de venda. Apenas 24,4% dos participantes da enquete manifestaram-se contra o projeto de lei.

Apresentado no Senado por Acir Gurgacz (PDT-RO), o PLS 177/11 propõe alterações na redação da Lei 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos

de fumo, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do parágrafo 4º do art. 220 da Constituição, para regular a publicidade, a promoção e a exposição de produtos de tabaco e bebidas alcoólicas em pontos de venda.

O projeto aguarda parecer da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Os cidadãos que votaram na enquete, no site do Senado, também puderam comentar a proposta do projeto de lei.

A maioria dos participantes da pesquisa acredita que a propaganda comercial realizada atualmente estimula o consumo de bebidas.



Requião: livros distribuídos pelo MEC possuem conteúdo político-partidário



Ministro não esteve na CE no dia 17, mas confirmou presença amanhã

Haddad falará sobre livros didáticos em nova audiência

O ministro da Educação, Fernando Haddad, deve debater no Senado o conteúdo de livros didáticos recomendados pelo ministério para uso nas escolas públicas. Ele confirmou sua presença, amanhã, em audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Convidado para discutir o mesmo tema no dia 17 de maio, o ministro enviou representantes que foram impedidos pelo presidente da CE, senador Roberto Requião (PMDB-PR), de participar da audiência.

Requião argumentou que os representantes do ministro não haviam sido convidados e acrescentou que Haddad aceitara o convite, não justificou a ausência e "deveria ter tido a gentileza de comparecer".

A audiência do dia 17 tratou da politização de livros didáticos aprovados pelo MEC, que, na visão de alguns senadores, contêm críticas ao governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e elogios à gestão de Luiz Inácio Lula da Silva. Desde então, surgiram outras denúncias apontando que livros de português desrespeitam a norma culta da língua e que materiais didáticos abordam de forma inadequada questões referentes à homofobia, ao gênero e aos aspectos étnico-raciais.

Dois senadores do PSDB, Cyro Miranda (GO) e Alvaro Dias (PR), chegaram a entrar com representação contra Haddad junto à Procuradoria-Geral da República.

CPI do Tráfico de Pessoas realiza debate amanhã

A CPI que investiga o tráfico nacional e internacional de pessoas realiza, amanhã, audiência pública sobre o tema. Proposta pela senadora Marinor Brito (PSOL-PA), a comissão vai investigar a máfia que movimenta pelo menos US\$ 32 bilhões anuais e afeta cerca de 2,5 milhões de pessoas. "O tráfico de pessoas é uma das atividades ilegais mais lucrativas do mundo. Essa rede criminosa envolve violações a direitos humanos, exploração de mão de obra escrava, exploração sexual comercial e até tráfico de órgãos", justificou.

Para o debate, foram convidados Haroldo Caetano da Silva, promotor de Justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Goiás; Delano Cer-



Marinor: tráfico de pessoas é uma das atividades ilegais mais lucrativas

queira, da Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal; Rodrigo Vitória, da Unidade de Governança e Justiça do Escritório das Nações Unidas para Combate e Prevenção ao Crime; e Thiago Tavares Nunes de Oliveira, presidente da Safernet Brasil, organização voltada à defesa de crianças e adolescentes na internet.

A CPI é presidida pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Marinor Brito é a relatora.

Este ano, os 27 vencedores do Concurso de Redação do Senado também terão como premiação participar do projeto Jovem Senador, regulamentado pela Comissão Diretora



Wilson Santiago, Marta Suplicy, José Sarney, Cicero Lucena e Ciro Nogueira, durante reunião da Comissão Diretora

Programa transforma aluno em senador por três dias

VINTE E SETE estudantes serão senadores por três dias. Essa é uma das atividades previstas no programa Senado Jovem Brasileiro, criado pela Resolução 42/10 e regulamentado na quinta-feira pelo Ato 7/11 da Comissão Diretora. O programa é voltado aos estudantes de 16 a 19 anos, matriculados nos dois últimos anos do ensino médio das escolas públicas estaduais de todo o Brasil.

A partir da resolução, o Concurso de Redação do Senado Federal, que está em sua quarta edição, passou a integrar o programa, juntamente com o proje-

to Jovem Senador, de simulação de atividade legislativa, ambos destinados ao mesmo público.

Com a criação do programa, os 27 finalistas do concurso terão também como premiação a participação no projeto Jovem Senador, permitindo que sejam senadores por três dias, representando suas unidades da Federação.

A legislatura dos participantes começa com a posse dos jovens senadores e a eleição da Mesa. Termina com a redação dos autógrafos dos projetos aprovados na ordem do dia e a publicação no *Diário do Senado Federal*.

Apenas uma redação representará cada estado na fase final do concurso. Os três primeiros colocados serão escolhidos por comissão julgadora do Senado. Os coordenadores estaduais do 4º Concurso de Redação do Senado Federal são responsáveis pelo contato com as escolas públicas de seus estados e pelo recebimento das redações escolhidas para representar cada escola.

De acordo com o regulamento do programa, a data de premiação do concurso será em novembro, coincidindo com a realização do projeto Jovem Senador.

Túnel do Tempo do Senado ganha novos painéis

Pelo Túnel do Tempo, como ficou conhecido o corredor que dá acesso às salas das comissões do Senado, passam mais de 5 mil pessoas em dias de grandes votações.

O espaço abriga exposição permanente que conta a história do Senado e do Congresso e que será reinaugurada hoje, às

15h30, pelo presidente da Casa, José Sarney.

São 16 novos painéis criados pela equipe da Subsecretaria de Projetos Especiais (Supres), ligada à Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs). Os visitantes terão acesso a mais informações sobre a história política do Brasil, por meio de

uma linha do tempo, que mostrará desde as antigas sedes do Senado à atual na Praça dos Três Poderes. A exposição trará um painel que explica como o cidadão pode participar do trabalho parlamentar e conhecer as leis. De acordo com Elga Lopes, diretora da Supres, a nova exposição foi motivada pela comemoração, em 2011, dos 185 anos de instalação do Senado.

O programa de visitação do Congresso, que recebe em média 15 mil visitantes por mês, será beneficiado diretamente com a iniciativa. Em abril, com o feriado da Páscoa, foram registrados 20 mil visitantes.

Com a reformulação da exposição, o visitante terá noção do relevante papel do Senado na história política do país – diz a diretora da Secretaria de Relações Públicas, Andréa Valente.



Montagem da exposição permanente, a ser reinaugurada hoje, em corredor da Casa

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro*
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
 Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Geovani Borges • Mozarildo Cavalcanti

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
 Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – **Fax:** (61) 3303-3137

**Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
 CEP: 70.165-920**

Participantes destacaram que o leite distribuído em saquinhos é mais nutritivo e de preço mais acessível do que o leite embalado em caixinhas

Debate aponta qualidades do leite pasteurizado



Em debate na CRA, Bruno Lucchi, da CNA; João Antunes, do Ministério da Agricultura; Acir Gurgacz; Jesualdo Pires; Gustavo Beduschi, da OCB; e Gustavo Valone (D)

O CONSUMO DE leite pasteurizado distribuído em saquinhos, em detrimento do leite envasado em caixinhas, assegura maior qualidade nutricional e menores preços, de acordo com os participantes da audiência pública promovida na sexta-feira pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). No debate sobre os problemas da cadeia produtiva do leite no país, o deputado estadual de Rondônia Jesualdo Pires (PSB) lamentou a falta de interesse pelo leite pasteurizado.

Na avaliação do parlamentar, o leite de saquinho é uma melhor opção de compra, em relação ao leite UHT (na sigla em inglês, *ultra high temperature*) em termos nutricionais e de preço. O processo industrial de conservação, baseado em temperaturas elevadas, provoca, segundo Jesualdo, perda de vitaminas e encarece o produto final pelo uso do sistema sueco Tetra Pak de embalagem.

– Esse tipo de leite UHT embalado praticamente inexistente em países desenvolvidos. O americano e o europeu não gostam do leite UHT porque sabem que é muito inferior ao leite pasteurizado – disse.

Gustavo Valone, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, também defendeu a ampliação do consumo de leite pasteurizado. Além do sabor inferior, o leite de caixinha muitas vezes é alvo de fraudes. Marcius Ribeiro de Freitas, coordenador-geral de Inspeção do Ministério da Agricultura e Pecuária, também reconheceu que o leite pasteurizado tem melhor sabor, mas não considerou significativas as diferenças nutricionais.

Participação por telefone e internet marca reunião da CRA

O serviço Alô Cidadão, que concentra o atendimento do Senado ao público, registrou 45 perguntas, comentários e sugestões enviados por e-mail ou telefone durante o debate sobre a cadeia produtiva do leite, promovido pela CRA. Os mineiros foram os mais interessados no assunto: 31% das participações vieram do estado. A região Sudeste foi a campeã de perguntas, somando 67% das participações.

Os homens demonstraram mais interesse na produção e distribuição do leite: eles foram 87% dos participantes.

Cerca de um terço dos cidadãos que fizeram contato por meio do Alô Senado tinham de 40 a 49 anos. Os maiores de 50 anos foram quase 50% do total.

O microblog Twitter foi outro meio de contato com os debatedores. Além disso, a equipe do senador Acir Gurgacz recolheu depoimentos entre os fazendeiros de Rondônia em vídeos enviados por meio da internet.

O presidente da CRA salientou que a formação de cooperativas pode fortalecer os pequenos produtores.

Produtores só ficam sabendo preço um mês após a entrega

Uma das reclamações frequentes dos produtores é a falta de conhecimento do preço do litro de leite vendido à indústria. Hoje os produtores só conhecem o preço de seu produto mais de um mês após a entrega aos laticínios.

De acordo com Gustavo Beduschi, da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a partir de junho serão divulgadas cotações diárias do leite tipo UHT no atacado em São Paulo. Como o preço do leite ao produtor vale cerca entre 76% e 80% do UHT, será possível ter uma previsão futura confiável.

Para Marcius Ribeiro de Frei-

tas, do Ministério da Agricultura, a falta de condições de infraestrutura, como suprimento de energia elétrica e estradas vicinais, coloca em risco a implementação da Instrução Normativa 51/02, que altera, a partir de 1º de julho, os padrões de higiene e de composição do leite para dar ao produto condições de competir no mercado internacional.

O presidente da CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO), alertou para a necessidade de os produtores de leite se associarem em cooperativas, que têm melhores condições de negociar os preços.



Para o presidente do Senado, tema é mais difícil que a reforma política, mas interessa a senadores

Sarney: reforma trabalhista é complexa

O presidente José Sarney disse na sexta-feira que a reforma trabalhista é um tema mais complexo do que a reforma política, mas assinalou que se trata de um assunto que sempre desperta interesse dos parlamentares. Um anteprojeto de lei com alterações em dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi entregue na quinta-feira pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro João Oreste Dalazen, ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. A proposta deve ser encaminhada em breve ao Congresso Nacional.

Aprovado pelo TST na terça-feira, o anteprojeto é resultado do trabalho de uma comissão criada em março deste ano pelo tribunal, integrada por

desembargadores e juizes do trabalho, para estudar e propor medidas para dar maior efetividade à execução trabalhista.

Durante sessão realizada na segunda-feira pelo Senado para celebrar os 70 anos da Justiça do Trabalho, Dalazen já havia avisado que encaminharia ao Congresso, via Ministério da Justiça, um projeto para aperfeiçoar a CLT.

Dalazen afirmou que as regras processuais trabalhistas já não respondem com a mesma velocidade às demandas atuais e exigem aprimoramentos normativos.

“De cada cem trabalhadores que obtêm ganho de causa na Justiça do Trabalho, somente 31 chegam a receber seu crédito”, disse o presidente do TST.

TST propõe mudanças nas execuções

O anteprojeto de reforma da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), entregue na quinta-feira pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro João Oreste Dalazen, ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, propõe uma série de alterações no sistema legal e oficial de relações de trabalho. As principais mudanças tratam do cumprimento das execuções trabalhistas, consideradas pelo presidente do TST como o principal problema da Justiça do Trabalho.

O texto deve ser encaminhado em breve ao Congresso e contém mudanças como a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego e a possibilidade de cobrança direta pela Justiça do Trabalho do compromisso firmado entre empresas. Reforça, ainda, a possibilidade de o juiz adotar, de ofício, todas as medidas necessárias para o cumprimento das sentenças ou dos títulos extrajudiciais e incentiva a prática de atos por meio eletrônico.

Propõe também a ampliação da execução provisória; atualmente, o processo para na penhora de bens. O dinheiro bloqueado em contas correntes ou os bens penhorados como garantia da dívida não podem ser utilizados para saldá-la antes do trânsito

em julgado do processo. Pela proposta, o pagamento passa a ser admitido nos casos em que a sentença seja sobre matéria já sumulada pelo TST.

O texto permite que, havendo mais de uma forma de cumprimento da sentença ou de execução, o juiz possa adotar sempre a que atenda às peculiaridades do caso, à duração razoável do processo e, sobretudo, ao interesse do credor. Além disso, institui a possibilidade da remoção do bem penhorado para depósito público ou privado, com as despesas pagas pelo devedor, prevendo a criação de banco eletrônico unificado de penhora pelos tribunais trabalhistas.

Quanto ao débito, é estabelecida a possibilidade do parcelamento da condenação em dinheiro em até seis vezes, mediante depósito de 30% do valor. A proposta também prevê que a multa de 10% para a hipótese do devedor não pagar o devido em dez dias seja aumentada em até 20% ou reduzida à metade pelo juiz (10%).

O texto abre também a possibilidade de união de processos contra o mesmo devedor e a aplicação ao processo do trabalho das regras do Direito comum, sempre que resultar maior efetividade na execução judicial.

Integrantes do governo e representantes dos bancos e sindicatos avaliam se oportunidades de trabalho são iguais para todos no setor, independentemente da cor, sexo, idade ou se a pessoa é ou não portadora de deficiência

CRE analisa alcance da China e Al-Qaeda na África

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) dá continuidade, hoje, ao ciclo de palestras Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012).

Neste sétimo painel, o tema é a influência da China e da Al-Qaeda na África Setentrional e Meridional.

Para essa audiência pública, foram convidados o professor Henrique Altemani de Oliveira, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Antonio Jorge Ramalho da Rocha, assessor da Presidência da República; Antônio Barbosa, consultor do Senado Federal; e Jorge Lasmar, professor da PUC de Minas Gerais.

CDH debate hoje igualdade para todos no setor bancário



Paulo Paim, presidente da CDH: reunião de hoje terá sete convidados

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza audiência pública hoje, às 8h30, para debater o *Mapa da Diversidade do Setor Bancário*, elaborada para promover a igualdade de oportunidades para todos os brasileiros, independentemente de cor, sexo, idade ou qualquer tipo de deficiência. O requerimento da audiência é do senador Paulo Paim (PT-RS).

Para debater o assunto, foram convidados a ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Luiza Bairros, o diretor da Associação dos Advogados do Banco do Brasil (Asabb) Humberto Adami e o

presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf), Carlos Cordeiro.

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Murilo Portugal Filho, e o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, também estão entre os debatedores. O presidente do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo e da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, e o diretor-executivo da ONG Educação e Cidadania para Afrodescendentes e Carentes (Educafro), frei David Raimundo Santos, completam a lista de convidados.



Alvaro: investigação do Ministério Público reforça necessidade da CPI

Alvaro vê novos motivos para a CPI de Palocci

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou, na sexta-feira, que o fato de o Ministério Público Federal ter aberto investigação para apurar enriquecimento supostamente ilícito do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, é um incentivo para a formação de uma CPI no Senado.

– É a decisão que a sociedade esperava, já que há indícios consistentes de irregularidades – disse.

Alvaro Dias declarou que a possível quebra de sigilos fiscal e bancário vai permitir conferir a “licitude da evolução do patrimônio do ministro”. De acordo com o parlamentar, 18 senadores já assinaram o requerimento de criação da CPI. O número mínimo de assinaturas para a criação de uma CPI é de 27.

– Alguns senadores condicionaram a assinatura à resposta que o ministro vai enviar ao procurador-geral da República – afirmou.

O senador também criticou a falta de ação da presidente Dilma Rousseff em relação ao ministro Palocci. Para Alvaro Dias, se não houver reação, como um afastamento ou demissão do ministro, a presidente “pode se tornar cúmplice”.

Três comissões avaliam projeto de fuso horário do Acre

O projeto de lei que altera o fuso horário do Acre (PLS 91/11) deverá ser votado amanhã, às 9h30, em reunião conjunta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde se toma a decisão definitiva. O senador Luiz Henrique (PMDB-SC) é o relator nas três comissões da proposta do senador Pedro Taques (PDT-MT). O estudo da matéria será feito em conjunto, mas a votação será feita separadamente.

O PLS 91/11 altera o artigo 2º do Decreto 2.784/13 para restabelecer o fuso horário aplicável ao estado do Acre, alterado pela Lei 11.662/08, proposta pelo ex-senador Tião Viana (PLS 305/06), atual governador do Acre, que acabava com o

quarto fuso horário brasileiro, até então aplicado ao Acre, eliminando uma das duas horas de diferença em relação ao horário de Brasília.

A população do Acre, na consulta popular convocada pelo Decreto Legislativo 900/09, manifestou desejo de retornar para o fuso horário anterior ao estabelecido pela referida lei. Se for aprovado, o projeto entrará em vigor após decorridos 30 dias de sua publicação oficial.

Consulta popular

O referendo ocorreu em 31 de outubro de 2010 e o seu resultado foi proclamado pelo Tribunal Regional Eleitoral e homologado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Na consulta, 184.478 eleitores (56,87% dos votos válidos)



Pedro Taques: mesmo com resultado do referendo, fuso horário não retornou

votaram “não” à alteração efetivada na Lei 11.662/08, enquanto 139.891 (43,13%) votaram “sim”.

O senador Pedro Taques explica que a necessidade da edição de uma nova lei para fazer valer o resultado do referendo surge do entendimento

da CCJ sobre a matéria, após duas reuniões de debate sobre a Consulta 1/11. A consulta foi encaminhada pelo presidente do Senado, inquirindo sobre as providências a serem tomadas pelo Congresso Nacional, tendo em vista o resultado do referendo.

Geovani Borges pede ação do Estado no combate à violência

Geovani Borges (PMDB-AP) se solidarizou com a família do jovem Rafael Santana, de 18 anos, de Santa Catarina, espancado e esfaqueado até a morte por outros quatro rapazes na semana retrasada. O fato se deu após desentendimento em boate, supostamente porque o jovem teria paquerado a namorada de um dos integrantes do grupo. O senador analisou o quadro geral de violência no país e a ineficiência do aparelho policial na solução de crimes.

Ao tratar do caso do jovem assassinado, ele criticou ainda a soltura de um dos acusados. Conforme observou, o delegado entendeu que o rapaz teria “participado da briga pelo simples prazer de brigar, sem a intenção de matar”.

– É isso que ajuda a consagrar o sentimento de impunidade e de banalização da vida – avaliou o senador.

O parlamentar citou dados do *Mapa da Violência 2011*, divul-



Geovani Borges destaca que apenas 8% dos homicídios são resolvidos

gado pelo Ministério da Justiça, para destacar a ineficiência do aparelho policial na resolução de crimes. Ele também observou que, dos 50 mil homicídios ocorridos no país, por ano, 4 mil são solucionados, ou seja, apenas 8%.

– Especialistas explicam que parece existir uma resistência grande em abrir a caixa-preta da criminalidade no país – afirmou Geovani Borges.

Mozarildo acusa governador de Roraima de corrupção eleitoral

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) acusou o governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), de exercer indevidamente o mandato, mantendo-se no cargo mediante a utilização da máquina pública e de recursos financeiros do estado.

O senador pediu providências ao Ministério Público do Estado de Roraima, o Tribunal de Contas do estado, o Ministério Público Federal, a Controladoria-Geral da União e o Tribunal de Contas da União contra o governador que, segundo ele, praticou improbidade administrativa, corrupção e compra de votos nas eleições de outubro de 2010. José de Anchieta ocupa o cargo em razão de recurso que ainda aguarda exame do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Mozarildo apontou fatos que, em sua avaliação, comprometem a atuação do governador: o uso de avião do governo estadual para assuntos pessoais, a nomeação indevida para cargos



Mozarildo cobra do governo federal nomeação de juizes para TRE do estado

públicos e o direcionamento de licitações para beneficiar empresas. Cobrou ainda do governo federal a nomeação de juizes para o Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, para que os processos envolvendo o governador possam ser julgados.

Ele disse que deverá apresentar projeto para que a nomeação de juizes para tribunais eleitorais e de ministros do TSE não sejam mais feitas pelo Executivo.

Rio+20 discute produção de alimentos

A Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, vinculada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), realiza audiência pública na quinta-feira com o tema “Alimento: como produzir para atender às necessidades?”.

O debate terá a presença de Sílvia Porto, diretor da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); André Nassar, do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais; Werner Fuchs, conselheiro da sociedade civil no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e o ministro Milton Rondó Filho, coordenador-geral de Ações Internacionais de Combate à Fome do Ministério das Relações Exteriores.